

“ —————

**A pandemia é o retrato da
desigualdade social que
virou um abismo entre
ricos e pobres**

Auxílio emergencial foi a chave para ajudar as pessoas a não caírem de patamar financeiro, mas ao fim da ajuda, que era temporária, Brasil volta a níveis críticos de desigualdade

Março de 2020 foi um divisor de águas na vida da cearense Maria Genilfram Carneiro. Ela, que sempre havia conseguido empregos com carteira assinada, estava gerenciando um restaurante de um posto de gasolina nas proximidades de Fortaleza quando veio a notícia do fechamento temporário do comércio em decorrência do, então ‘novo’, coronavírus. Passados 20 dias de total incerteza em casa, o dono decidiu colocá-la de férias por mais 15 dias. Aconteceu, porém, o inevitável para muitos pequenos negócios: ela e outras 16 pessoas foram dispensadas. Afinal, o movimento já havia caído muito, ninguém sabia até onde aquela situação iria e o fluxo de caixa do restaurante minguava a cada dia.

“Sou mãe solo, tenho um filho de 14 anos que não trabalha, só estuda. Eu já vendia de vez em quando, por conta, chás, produtos naturais (suplemento, cápsulas para emagrecimento, vitaminas) e lingerie, e foi nisso que me agarrei. Passei a focar nas vendas e empreender, divulgando meus produtos no WhatsApp e nas redes sociais, além de continuar indo na minha barraquinha em uma feira em Maracanaú [Região Metropolitana de Fortaleza]”, conta ao Valor Investe.

Para o filho estudar de casa, o cunhado deu um notebook usado. O celular pré-pago só tem crédito porque a irmã colocou (ela tem nove irmãos). No bolso, só o dinheiro das vendas de calcinhas, sutiãs e produtos naturais porque ela não apenas não conseguiu receber o auxílio emergencial do governo (ela conta que, por ter sido empregada com carteira assinada, seu pedido foi negado), ela ainda não conseguiu receber o Bolsa Família (“dei entrada, mas está parado há meses”).

No restaurante eu ganhava R\$ 1,4 mil com carteira assinada e continuava trabalhando empreendendo nas horas que dava. Quando perdi o trabalho fiquei só com as vendas. Vivo do meu trabalho de venda autônoma. Tem mês que tiro R\$ 600, R\$ 700, mas agora em janeiro, eu só vendi R\$ 300 porque tive que parar para fazer uma cirurgia no olho. O meu trabalho só depende de mim. Se não sair, não vendo e não entra dinheiro”, explica a situação. “Dependo de Deus, que Ele me dê saúde para poder trabalhar. Com essa pandemia sem fim, a gente não sabe o dia de amanhã.”



Genilfram Carneiro — Foto: Arquivo pessoal

“Aos 50 anos, Genilfram buscou se reinventar para sobreviver e ainda assim, segue com dificuldades. Infelizmente, ela é apenas um dos 13,4 milhões de brasileiros desempregados no ano passado, período cuja taxa de desemprego bateu recorde, de 13,5%. Os dados são da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A Pnad Covid-19, série de dados focados no impacto da pandemia, mostrou que a esmagadora maioria daqueles afastados do trabalho por causa da crise não está recebendo remuneração alguma. Dos que foram afastados pelo isolamento em novembro, por exemplo, o mês mais recente da pesquisa, 99,6% não receberam um real. No mesmo mês, 19,6% das pessoas ocupadas tiveram rendimento menor do que o normalmente recebido.

A consequência mais direta do desemprego, como bem ilustrou o caso de Genilfram, é a **diminuição de recursos até para necessidades básicas**. Com a persistência do quadro, as famílias acabam, de fato, perdendo confortos que havia conquistado nos últimos anos. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), **a pandemia está causando um aumento sem precedentes nos níveis de pobreza na América Latina, região mais desigual do mundo e mais afetada pela crise sanitária**.

Em relatório divulgado no início de março deste ano, **a América Latina registrou em 2020 22 milhões de novos pobres, totalizando 209 milhões de indivíduos em situação de pobreza. Destes, 78 milhões estão em extrema pobreza, 8 milhões a mais do que em 2019**, segundo o relatório "Panorama Social da América Latina 2020.

A estimativa da agência é que **a taxa de pobreza está em 33,7% da população e a de pobreza extrema atingiu 12,5%. Os números são os piores registrados nos últimos 12 e 20 anos, respectivamente**. Esse quadro está intimamente associado a uma **piora dos índices de desigualdade na região e nas taxas de ocupação e participação no mercado de trabalho, sobretudo das mulheres, as mais afetadas pela crise**.

“A pandemia, sem dúvida, aprofundou os problemas estruturais [da América Latina], com altos níveis de informalidade, desproteção social, baixo nível de produtividade e deixando descobertos nós críticos em saúde e educação e cuidados”, disse Alicia Bárcena, secretária executiva da Cepal no relatório. Ela destacou a urgência de se avançar na região para um estado de bem-estar com proteção social, integral e sustentável, com base em um novo pacto social.

A ajuda financeira de R\$ 600 por quatro meses, que impactou 28 milhões de brasileiros, ajudou, ainda que temporariamente, a reduzir a pobreza e a desigualdade de renda no país. As taxas de pobreza e extrema pobreza (renda per capita menor que R\$ 150 ao mês) caíram para 8% e 1% da população total, respectivamente. Foram os menores patamares já registrados pelo Brasil desde a década de 1970, quando as pesquisas domiciliares começaram a ser realizadas.

Fim do auxílio, começo da fome

Por isso, era de se esperar que, com o fim do benefício, muita gente fosse prejudicada, de novo. Em fevereiro de 2021, com o fim do benefício, a taxa de pessoas em situação de pobreza voltou a subir para algo como 12,83%.

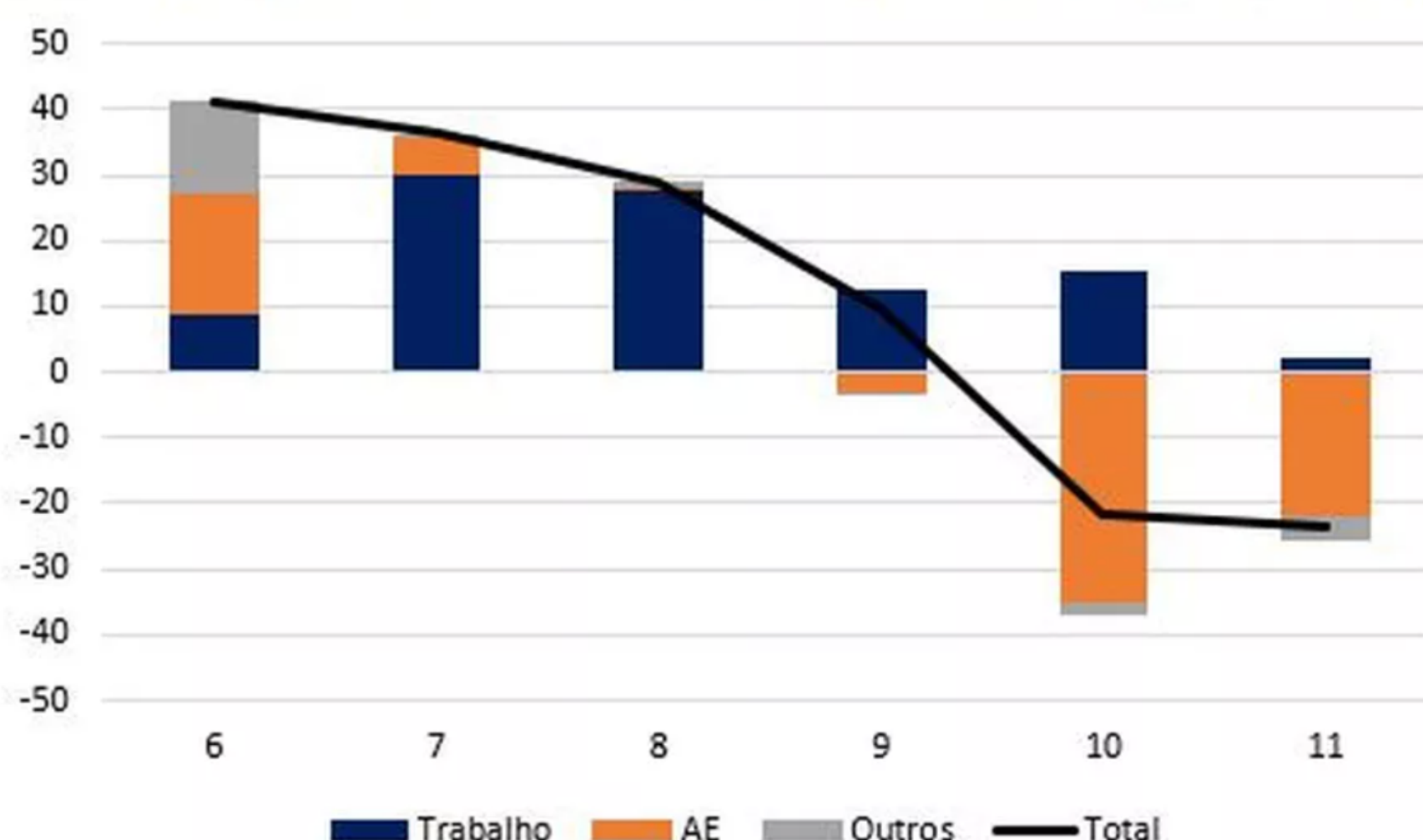
Segundo números projetados pela Fundação Getulio Vargas (FGV), entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, cerca de 17,7 milhões de pessoas voltaram à pobreza, passando de 9,5 milhões (4,5% da população) para 27,2 milhões em fevereiro (12,8% da população).

Um cálculo feito a pedido do G1 ao coordenador da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, Naercio Menezes Filho, mostra que o fim do auxílio emergencial por aqui já levou 2 milhões de brasileiros para a pobreza apenas em janeiro. A taxa calculada é parecida com a que a FGV chegou: 13% da população do país ou 26 milhões de pessoas estão sobrevivendo com uma renda per capita de apenas R\$ 250 por mês.

“A redução do auxílio emergencial é um fator que, além de puxar a queda da renda média, também tem grande efeito sobre a pobreza, principalmente por estar concentrada entre a população mais pobre do país. Pode se observar que, nas últimas duas edições, a pobreza e pobreza extrema tiveram grandes aumentos, chegando a 23,9% e 5%”, escreveu Daniel Duque, mestre em ciências econômicas na UFRJ e pesquisador do IBRE/FGV na área de Mercado de Trabalho no Blog do IBRE em dezembro passado.

Ele também compilou dados interessantes disponibilizados nas estatísticas da Pnad Covid-19 que ilustram o impacto do auxílio emergencial na complementariedade de renda da população.

Diferença mensal real da renda domiciliar per capita por fonte



A inflação corrói os bolsos mais vazios

Como se não bastasse a renda minguar, os preços dos alimentos, combustíveis, energia e outros itens básicos só subiram nos últimos meses. O indicador “Inflação por faixa de renda”, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que a inflação das famílias mais pobres (renda domiciliar menor que R\$ 1.650,50) acelerou para 6,75% no resultado acumulado em 12 meses até fevereiro – até janeiro, era de 6,20%.

Na faixa de renda mais alta (maior que R\$ 9 mil), a inflação, que era de 2,86% em 12 meses até janeiro, também subiu: ficou em 3,43% no acumulado de 12 meses até fevereiro. A diferença entra as duas realidades, porém, ainda é grande: 3,32 pontos percentuais, ou seja, a inflação dos mais pobres é quase o dobro da dos mais ricos.

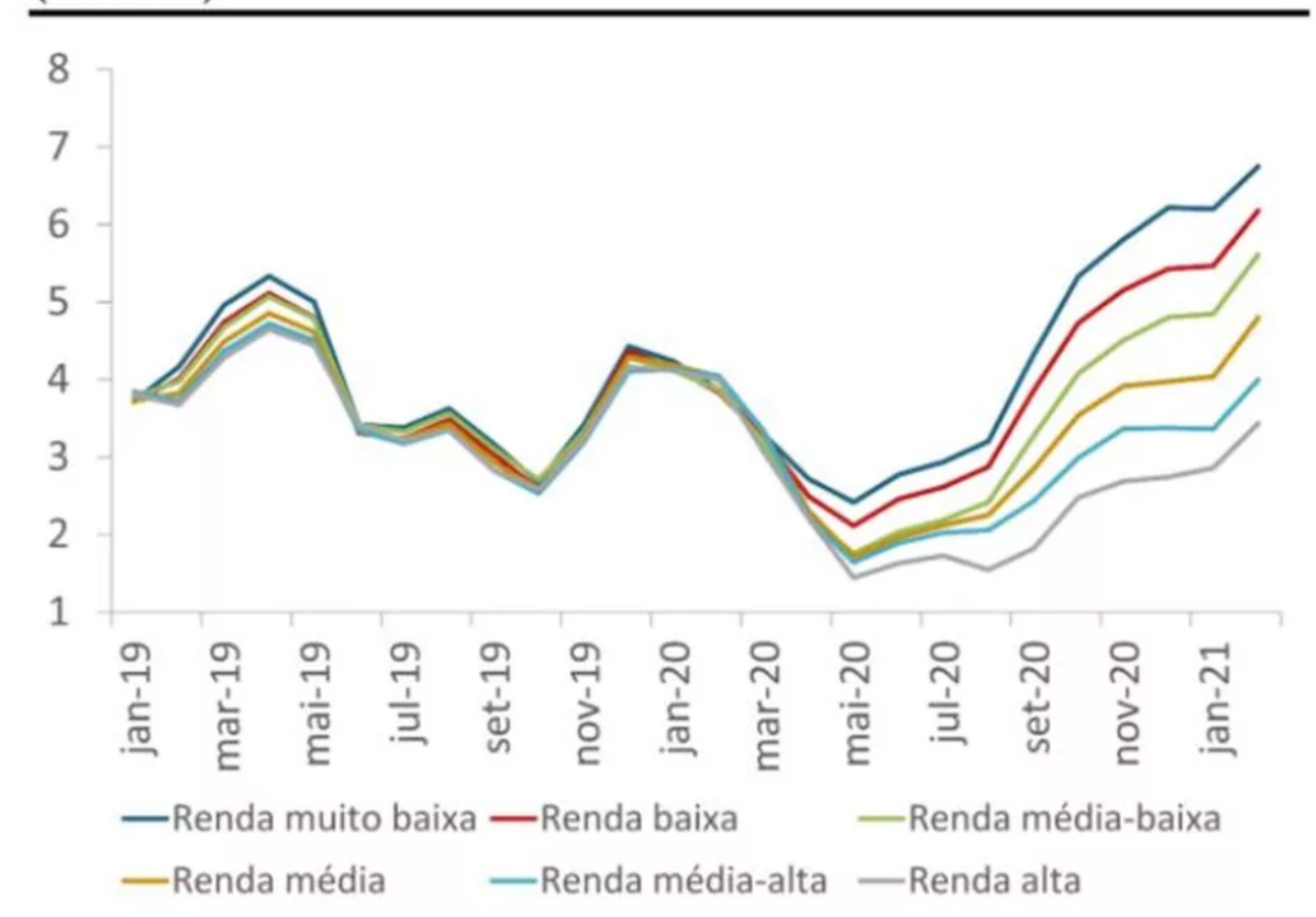
Segundo Maria Andreia Parente Lameiras, técnica de planejamento e pesquisa do Ipea, a alta dos preços dos alimentos, tem um peso especialmente maior nos menos afortunados (para os mais pobres representa mais de 20% do orçamento, enquanto quem tem dinheiro gasta menos de 10% com isso).

“Todo mundo sofre com a alta de preço de alimentos, mas os mais pobres sofrem mais. Como gastam uma parcela maior do orçamento com isso, sobra menos para gastar com outras coisas”, explica, ao citar que energia e transporte público também são pesos grandes para os mais pobres. “A inflação deles só não foi maior, porque energia e transporte público não tiveram reajustes grandes por ora”, diz, citando as medidas emergenciais de 2020.

Por outro lado, ela aponta que os mais endinheirados acabam comprometendo mais renda com serviços (viagens, salão de beleza, cinema, refeição fora do domicílio etc.), justamente o que pararam de consumir tanto na pandemia. Em paralelo, os gastos com educação dos filhos, que representam um grande custo para esta classe, também diminuíram porque muitas escolas deram desconto para segurar os alunos.

O resultado? Aumento da desigualdade, com ricos conseguindo trabalhar remoto, manter a renda (muitos até a aumentaram na pandemia), diminuir despesas, enquanto pobres sofrem com falta de emprego, aumento de custos e se expõem mais ao vírus para conseguir trabalhar, sem contar o prejuízo aos filhos, que não tiveram aulas por meses e que ainda penam com as aulas on-line.

Inflação por faixa de renda: variação acumulada em doze meses
(Em %)



Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

“Se, por um lado, esperamos que os alimentos não gerem uma pressão tão forte em cima dos mais pobres como foi no ano passado, 2021 também não é ano de queda de preço de alimento. A expectativa é que a inflação para os mais pobres cresça bem menos do que em 2020”, diz Andreia.

Os mais ricos, por outro lado, podem ter maior pressão vinda de planos de saúde e educação, além da volta de gastos com serviços em geral depois que o programa de vacinação avançar.

Solidariedade

Muitas famílias precisaram se virar com o que tinham em mãos para conseguir complementar a renda. A ajuda social generalizada, de empresas, organizações do terceiro setor e pessoas físicas, amenizou a situação desoladora. Um monitoramento realizado pela Associação Brasileira de Captadores de Recursos no fim do ano passado contabilizou cerca de R\$ 6,5 bilhões em doações desde o início da pandemia. Isso sem contar projetos que já estavam atuantes mesmo antes do vírus chegar.

Lusiane Nogueira Gama, 27 anos, moradora de Canudos, no sertão baiano, se beneficiou de uma ação social que já estava em curso na sua região, mas que foi essencial para que sua família “se virasse” na crise. Em uma região tão pobre como a que ela vive, o trabalho é bem escasso e o Bolsa Família é, em muitas ocasiões, a única fonte de renda para viver. Quem não quer viver assim, é obrigado a migrar, seja para as cidades da região ou ainda para a capital paulista, onde o trabalho sempre foi mais farto.



Lusiane Nogueira Gama — Foto: Arquivo pessoal

Pouco antes de estourar a pandemia, Lusiane se inscreveu em um projeto social local organizado pela ONG Projeto Canudos para ensinar mulheres a costurar. Das 17 que começaram, ficaram 12. Com apoio da ONG, elas conseguiram fechar contratos com a prefeitura e o governo estadual para fabricar máscaras de pano e aventais.

“A vida financeira ficou complicada e não tinha trabalho. Quando veio a pandemia eu pensei nossa e agora, o Bolsa Família não ia dar para comprar alimentação porque tudo aumentou e começou a ficar tudo mais difícil. Não teria como manter nem a alimentação. Com dois filhos (de 5 e 6 anos) e meu esposo desempregado, não tem ninguém com renda fixa em casa a não ser eu, depois do Projeto Canudos”, conta ao Valor Investe.

A receita vinda da costura varia, mas gira em torno de R\$ 600 a R\$ 700. O auxílio emergencial, que ela conseguiu receber, ajudou a comprar uma máquina de costura para ela praticar em casa. Juntas, as rendas (trabalho, Bolsa Família e auxílio emergencial) permitiram alguns “confortos” a mais à família.

“A situação está mais confortável, a gente pode comprar nossa alimentação mais tranquila, pagar as contas, comprar algo para dentro de casa, como móvel – eu comprei uma TV que não tinha e minhas colegas de trabalho conseguiram comprar geladeira, reformar banheiro, e guardar ainda um dinheiro para fazer reforma na casa. Antes, só se saísse daqui pra juntar dinheiro”, relata.

As mulheres mais uma vez são as mais punidas

Para as mulheres, a realidade é ainda mais dura: antes mesmo da pandemia, elas já eram maioria em empregos informais e entraram na crise sem direitos trabalhistas. São elas ainda que compõem a maior parte dos funcionários do setor de saúde na linha de frente do combate ao coronavírus, ou seja, são as mais expostas ao vírus.

E, um adicional: **são mais de 11,5 milhões de mães solo no Brasil**, como a Genilfram, que não apenas têm que cuidar da casa, do(s) filhos, mas trabalhar para conseguir sustentar o lar. Se antes da pandemia muitas já dependiam de redes de apoios e de escolas e creches para conseguir trabalhar fora, não é nem preciso dizer o quanto a pandemia dificultou ainda mais a vida delas.

Segundo informações divulgadas em janeiro pelo Ministério da Economia, **entre os homens, o ano terminou com a criação líquida de 230.294 vagas de trabalho com carteira assinada. Já entre as mulheres, o saldo entre admissões e desligamentos ficou negativo em 87.604 postos.**

Chegamos à personagem que abre esta reportagem por meio da **Rede Mulher Empreendedora (RME)**, organização que **busca ajudar mulheres a profissionalizarem seus negócios**. Um estudo da própria RME logo em abril, junto com a **Locomotiva** mostrava que **39% das 1.165 empreendedoras ouvidas estavam com os negócios parados por causa do coronavírus e 47% até estavam com a empresa funcionando, mas viram o movimento cair bastante.**

Como muitas tiveram que demitir funcionários, o trabalho acumulou para elas. **O percentual de empreendimentos que havia apenas a empreendedora trabalhando subiu de 49% para 66% nos primeiros meses.**

Àquela altura, uma em cada três empreendedoras acreditava que ficaria sem renda durante a pandemia - para 21% delas toda a renda familiar vinha do negócio e outras 17% dependiam do negócio para mais da metade da renda doméstica.

Em setembro e outubro, a RME voltou a falar com empreendedoras para saber a situação, desta vez com ajuda do instituto de pesquisa Plano CDE e em parceria da ONU Mulheres e ouvindo 1.555 pessoas. Neste momento, 47% dos negócios liderados por mulheres continuavam funcionando, mas com limitações e 20% havia parado completamente. Elas já tinham aprendido, porém, a se estruturar melhor para vender no ambiente digital, a cortar despesas para melhorar o fluxo de caixa, criar campanhas de marketing mais assertivas e a buscar ajuda para profissionalizar a gestão.